

CAPÍTULO 7

METAMORFOSE: DA EDUCAÇÃO RURAL PARA EDUCAÇÃO DO CAMPO

Ednalva Ferreira da Silva

Maria Simone da Silva Santino

Millena Martins da Silva

Mônica Alves Feitosa

Doi: 10.48209/978-65-5417-263-6

**Não vou sair do campo
Pra poder ir pra escola
Educação do campo
É direito e não esmola
Gilvan Santos**

Os termos rural e do campo são, em alguns momentos, pautados como algo semelhante, por ambos se remeterem aos povos campestinos, para Fernandes e Molina (2005) esses termos se pautam em paradigmas diferenciados. Conforme as autoras, o rural “enxerga a relação homem-natureza como exclusão a partir das relações de produção e exploração no acúmulo material”, ou seja, nesse sentido o território campestino é visto como um lugar para produção visando os lucros, exploração das matérias-primas e apropriação dos territórios, já o paradigma do campo, “concebe a relação homem terra no sentido de desenvolver o espaço do campo”, isto é, esse sentido que é dado a palavra campo, está relacionada a valorização tanto da terra a qual é de grande impor-

tância para a vida, mas também ao povo que ali vive e sua trajetória cultural. Fernandes e Molina (2005).

O paradigma da educação do campo é fruto e semente desse processo porque é espaço de renovação dos valores e atitudes, do conhecimento e das práticas. Instiga a recriação dos sujeitos do campo, como produtores de alimentos e de culturas que se constitui em território de criação e não meramente de produção econômica. (Fernandes e Molina, 2005, p. 84).

Se tratando do meio educacional, a educação Rural é centrada numa visão latifundiária, que visa o controle sobre a terra e sobre os povos que ali residem, usando meios políticos; as ideias partem da perspectiva do agronegócio e da comercialização dos recursos naturais, já a educação do campo, é fruto de um movimento coletivo, de ações protagonizadas pelos povos que residem no campo, e usam conceitos como a sustentabilidade e a valorização de tudo que existe naquele espaço (Pimentel, 2010).

De acordo com Silvana Gritti (2003) a educação rural no Brasil continuou a ser tratada de maneira preconceituosa, pois, os saberes adquiridos pelos agricultores não era valorizado. O principal objetivo das escolas rurais era ensinar as técnicas e manejo de instrumentos, isso resultaria na perda da autonomia dos agricultores, visto que o conhecimento prévio iria se perder com o passar do tempo como é mencionado pela autora, “transmitido e aperfeiçoado de pai para filho, resultante da observação e da experimentação cotidiana, foi facilitada pela escola rural com a mediação da instituição denominada ‘clube agrícola’” (Gritti, 2003, p. 121) é destacado ainda que a escola passou a desempenhar um papel de treinar ao invés de educar.

Na década de 1960, alguns movimentos ganharam destaque no setor educacional e um dos mais importantes foi o da educação popular, que incentivava a participação do povo nas políticas e nas elaborações das práticas pedagógicas. Em meados dos anos 1964, estava em curso o golpe militar o que trouxe consigo um retrocesso no desenvolvimento educacional que estava emergindo,

fechando canais de participação dos grupos de liderança educacional e das representações dos povos, resultando na perseguição e o exílio de muitos deles, universidades e movimentos sociais sendo reprimidos.

Conforme o documento referências para uma política nacional de educação no campo, a trajetória histórica da educação do campo sempre foi marcada por falta de apoio, seja de leis, políticas, apoio financeiro e, até hoje, as políticas educacionais e públicas para o campo não são suficientes. Salienta-se que, grande parte dessas dificuldades se deu por causa desse tratamento secundário e inferior que o campo recebeu ao longo dos anos (Pimentel, 2010).

Na década de 1970, ocorreram algumas mudanças voltadas para a educação, o que promoveu posteriormente várias conquistas, sobretudo na educação destinada às camadas populares, como, por exemplo, a discussão e realização de novas diretrizes na legislação brasileira, direcionadas para a educação do campo, bem como o atendimento às diretrizes específicas para a educação básica do campo, fruto de uma reivindicação de grande importância. Considerando as melhorias conquistadas através das políticas públicas voltadas para o campo, entende-se que elas são de suma importância para o movimento por uma educação igualitária e de qualidade, tanto para a zona urbana como para a zona rural. É importante também que se entenda a importância da escola do campo e no campo (Pimentel, 2010).

De acordo com Caldart (2004), o significado da expressão no campo está relacionado ao direito do povo de receber uma educação no lugar onde vive. À vista disso, quando alguém fala do campo está se referindo ao direito que os povos tem a uma educação que seja construída com a participação de todos e pensada para as pessoas que moram naquele lugar. Além disso, é de suma importância, que esteja vinculada a cultura e a necessidades sociais do povo (Arroyo, 2004, p. 27).

Segundo Arroyo (2004), é essencial a construção de escolas no campo, porém é ainda mais urgente que se pense numa escola do campo que trabalhe

com um projeto político pedagógico pensado para os povos, vinculado à cultura, identidade, dificuldades, causas e história dos trabalhadores do campo.

Neste cenário, a educação do campo pode ser entendida como uma política pública que visa fortalecer a luta dos povos camponeses por seus direitos na sociedade, através da educação com uma forte atuação dos movimentos sociais (Caldart, 2012).

A Educação do Campo nomeia um fenômeno da realidade brasileira atual, protagonizado pelos trabalhadores do campo e suas organizações, que visa incidir sobre a política de educação desde os interesses sociais das comunidades camponesas (Caldart, 2012 p. 259).

Por conseguinte, além de ser uma modalidade de ensino à educação do campo, ela surgiu junto aos movimentos sociais que lutavam por melhorias para as pessoas que moravam e trabalhavam no campo, portanto o seu conceito é abrangente. Para Caldart (2012), a definição da educação do campo continua em construção por se tratar de um fenômeno da atualidade do país.

A educação do campo teve como momento inicial o I Encontro Nacional de Educadoras e Educadores da Reforma Agrária – I ENERA, em 1997. Essa expressão foi chamada anteriormente de educação básica do campo e mudou durante as iniciativas de formulação documental na I Conferência Nacional por uma Educação Básica do Campo, realizada em Luziânia, Goiás, de 27 a 30 de julho de 1998. Essa mudança foi discutida e formulada durante as discussões no seminário nacional que ocorreu em Brasília, em 2002, e depois na II Conferência Nacional, em 2004, passando a ser chamada de educação do campo (Fórum Nacional de Educação do Campo, 2010).

Em se tratando de definição, a educação do campo não pode ser compreendida no limite das práticas educacionais.

Quando se discutir a educação do campo, estará se tratando da educação que se volta ao conjunto dos trabalhadores e das trabalhadoras do campo, sejam os camponeses, incluindo os quilombolas, sejam as nações indígenas, sejam os diversos tipos de assalariados vinculados à vida e ao trabalho

no meio rural. Embora com essa preocupação mais ampla, há uma preocupação especial com o resgate do conceito de camponês. Um conceito histórico e político [...] (Kolling, Nery e Molina, 1999, p. 26).

Segundo o dicionário da educação do campo, ela pode ser definida a partir de suas características e de suas práticas pedagógicas, que são desenvolvidas com uma perspectiva de futuro, pois, valoriza o vínculo entre a formação humana e produção de conhecimento através da educação. Assim, constitui-se como luta social pelo acesso dos trabalhadores do campo à educação feita por eles mesmos e não apenas em seu nome. O que se busca é uma educação de qualidade para os sujeitos do campo, tais como pescadores artesanais, ribeirinhos agricultores familiares, extrativistas, assentados e acampados da Reforma Agrária, trabalhadores assalariados rurais quilombolas, caiçaras e povos da floresta, entre outros que produzam suas condições materiais de existência a partir do trabalho do meio rural.

Referências

ARROYO, Miguel Gonzalez. **Formação de educadores e educadoras do campo**. Brasília, DF: Mimeo, 2005.

CALDART, Roseli Salete Caldart; PEREIRA, Isabel Brasil; FRIGOTTO (Org.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

CALDART, R. S. Elementos para construção do projeto político e pedagógico da educação do campo. **Revista Trabalho**, n. 3644, 2004.

FERNANDES, Bernardo Maçand; MOLINA, Mônica Castagna. O campo da Educação do Campo. *In*: MOLINA, Mônica Castagna e JESUS, Sonia M.S.A. (Orgs.). **Por uma educação do campo – contribuições para a construção de um projeto de Educação do Campo**. 2. ed. Brasília, DF: Articulação Nacional “Por uma Educação do Campo”, 2005.

GRITTI, S. **Educação rural e capitalismo**. Passo Fundo: UPF, 2003.

KOLLING, Edgar Jorge; Nery-FSC; MOLINA, Mônica Castagna (Orgs.) **Por uma Educação Básica do Campo: memória.** Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1999.

PIMENTEL, Marijane Alves Andrade. **Políticas de formação docente para o campo: um olhar sobre as propostas oficiais e os contextos reais de formação.** 118 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2008.